



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO

Anexo

31 Dezembro de 2015



Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	11
5	Ativos Fixos Tangíveis	11
6	Ativos Intangíveis	13
7	Locações	14
8	Custos de Empréstimos Obtidos	14
9	Inventários	15
10	Rédito	15
11	Subsídios do Governo e apoios do Governo	16
12	Imposto sobre o Rendimento	17
13	Benefícios dos empregados	18
14	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	18
15	Outras Informações	18
15.1	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	19
15.2	Outras contas a receber	19
15.3	Diferimentos	20
15.4	Outros Ativos Financeiros	20
15.5	Caixa e Depósitos Bancários	20
15.6	Fundos Patrimoniais	21
15.7	Fornecedores	21
15.8	Estado e Outros Entes Públicos	21
15.9	Outras Contas a Pagar	22
15.10	Outros Passivos Financeiros	22
15.11	Subsídios, doações e legados à exploração	22
15.12	Fornecimentos e serviços externos	22
15.13	Outros rendimentos e ganhos	23
15.14	Outros gastos e perdas	23

P. Pinto
\$

15.15 Resultados Financeiros	24
15.16 Acontecimentos após data de Balanço	24



1 Identificação da Entidade

O “CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ANGELO FERREIRA PINTO” é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, registada no livro das Fundações de Solidariedade Social sob o nº 50/84 e com estatutos aprovados pela Direção-Geral da Segurança Social em 26/09/11, recentemente alterados e em fase de aprovação, com sede na Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto, nº 7, Perafita.

O Centro tem por finalidade principal prosseguir o objetivo de contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos num espírito de solidariedade humana, social, educacional e cristã.

Para tal, possui as seguintes respostas sociais:

Creche, Pré-escolar, Centro de Dia, Centro de Convívio e Estrutura Residencial Para Idosos.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)



3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.



3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:



Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	6 a 10 anos
Equipamento básico	6 a 10 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	1 a 6 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Ativos Intangíveis

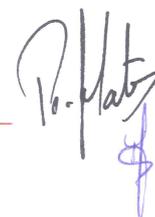
Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:



Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3 anos
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros estão registados ao custo de aquisição e correspondem às verbas pagas ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) pelos novos contratos de trabalho. Estes valores servem para fazer face a eventuais indemnizações pagas aos trabalhadores.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;



- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

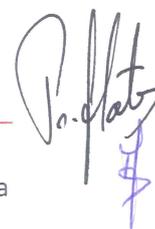
As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;



- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.10 Subsídios e apoios ao governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. para capitalização.

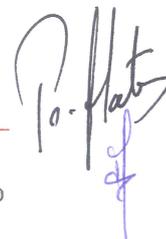
Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.



Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a receber.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

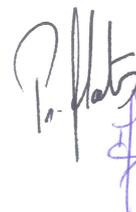
Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



Descrição	2015				
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo final
Custo					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	287 991,25	46 778,11		2 438 627,25	2 773 396,61
Equipamento básico	141 038,09	4 119,20		205 761,69	350 918,98
Equipamento de transporte	62 695,90				62 695,90
Equipamento biológico					
Equipamento administrativo	55 795,22	24 434,06		25 377,33	105 606,61
Outros Ativos fixos tangíveis	2 733,74			16 031,00	18 764,74
Investimentos em Curso	2 591 122,80	94 674,47		-2 685 797,27	0,00
Total	3 141 377,00	170 005,84	0,00	0,00	3 311 382,84
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	209 895,33	197 426,60			407 321,93
Equipamento básico	126 430,66	38 594,53			165 025,19
Equipamento de transporte	62 695,90				62 695,90
Equipamento biológico					
Equipamento administrativo	54 470,97	12 097,97			66 568,94
Outros Ativos fixos tangíveis	2 562,69	7 064,92			9 627,61
Total	456 055,55	255 184,02	0,00	0,00	711 239,57
Descrição	2014				
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo final
Custo					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	214 675,14	73 316,11			287 991,25
Equipamento básico	141 038,09				141 038,09
Equipamento de transporte	62 695,90				62 695,90
Equipamento biológico					
Equipamento administrativo	55 795,22				55 795,22
Outros Ativos fixos tangíveis	1 961,73	772,01			2 733,74
Investimentos em Curso	1 186 718,53	1 404 404,27			2 591 122,80
Total	1 662 884,61	1 478 492,39	0,00	0,00	3 141 377,00
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	198 660,08	11 235,25			209 895,33
Equipamento básico	118 768,57	7 662,09			126 430,66
Equipamento de transporte	54 845,42	7 850,48			62 695,90
Equipamento biológico					
Equipamento administrativo	53 402,18	1 068,79			54 470,97
Outros Ativos fixos tangíveis	1 619,77	942,92			2 562,69
Total	427 296,02	28 759,53	0,00	0,00	456 055,55



6 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2015				
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo final
Custo					
Goodwill					
Projetos de Desenvolvimento					
Programas de Computador	4 925,96	3 790,05			8 716,01
Propriedade Industrial					
Outros Ativos intangíveis					
Total	4 925,96	3 790,05	0,00	0,00	8 716,01
Depreciações acumuladas					
Goodwill					
Projetos de Desenvolvimento					
Programas de Computador	4 925,96	2 632,81			7 558,77
Propriedade Industrial					
Outros Ativos intangíveis					
Total	4 925,96	2 632,81	0,00	0,00	7 558,77

Descrição	2014				
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo final
Custo					
Goodwill					
Projetos de Desenvolvimento					
Programas de Computador	4 925,96				4 925,96
Propriedade Industrial					
Outros Ativos intangíveis					
Total	4 925,96	0,00	0,00	0,00	4 925,96
Depreciações acumuladas					
Goodwill					
Projetos de Desenvolvimento					
Programas de Computador	4 925,96				4 925,96
Propriedade Industrial					
Outros Ativos intangíveis					
Total	4 925,96	0,00	0,00	0,00	4 925,96



7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2015			2014		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte	39 252,40	39 252,40		39 252,40	39 252,40	
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo						
Outros Ativos fixos tangíveis						
Total	39 252,40	39 252,40	0,00	39 252,40	39 252,40	0,00

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2015			2014		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	6 579,26	234,73	6 813,99	7 144,39	617,30	7 761,69
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos						
Total	6 579,26	234,73	6 813,99	7 144,39	617,30	7 761,69

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2015			2014		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	47 619,05	452 380,95	500 000,00		500 000,00	500 000,00
Locações Financeiras	565,13		565,13	7 144,39		7 144,39
Descobertos Bancários						
Contas caucionadas						
Contas Bancárias de Factoring						
Contas bancárias de letras descontadas						
Outros Empréstimos				165 211,74		165 211,74
Total	48 184,18	452 380,95	500 565,13	172 356,13	500 000,00	672 356,13



Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2015			2014		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	48 184,17	12 073,42	60 257,59	172 356,13	19 642,19	191 998,32
De um a cinco anos	357 142,86	52 305,68	409 448,54	261 904,76	76 752,49	338 657,25
Mais de cinco anos	95 238,10	2 549,67	97 787,77	238 095,24	15 372,99	253 468,23
Total	500 565,13	66 928,77	567 493,90	672 356,13	111 767,67	784 123,80

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2015				
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	CMVMC	Inventário final
Mercadorias					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 475,10	20 746,46		23 221,56	
Produtos acabados e intermédios					
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos					
Produtos e trabalhos em curso					
Total	2 475,10	20 746,46	0,00	23 221,56	0,00

Descrição	2014				
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	CMVMC	Inventário final
Mercadorias	3 420,20		-3 420,20		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	281,33	75 727,50		73 533,73	2 475,10
Produtos acabados e intermédios					
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos					
Produtos e trabalhos em curso					
Total	3 701,53	75 727,50	-3 420,20	73 533,73	2 475,10

*

*

10 Rédito

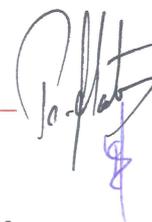
Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2014
Vendas		
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	458 504,79	245 557,25
Quotas e joias		
Promoções para captação de recursos		
Rendimentos de patrocinadores e colaborações		
Juros	9 691,02	804,95
Royalties		
Dividendos		
Total	468 195,81	246 362,20

11 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Governo		
Subsídios, doações e legados		
ISS, EP-Centro distrital (Nota 17.13)	493 263,41	431 868,59
Entreajuda	697,00	697,00
Outros subsídios	16 608,67	21 906,00
Total	510 569,08	454 471,59
Apoios do Governo		
Subsídio para a construção do lar de idosos POPH	1 325 568,52	1 446 512,26
Câmara Municipal de Matosinhos	581 856,16	632 170,74
Donativos particulares	143 192,97	122 288,26
Para outros investimentos:		
Câmara Municipal de Matosinhos	93 333,33	5.804,00
Total	2 143 950,98	2 200 971,26



Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração registados nos exercícios de 2015 e 2014 respeitam aos montantes recebidos do instituto da segurança Social no âmbito da atividade social do CSPPAFP, em todas as suas valências.

Subsídios ao investimento

No que respeita ao subsídio ao investimento para a construção do lar de idosos, verificou-se no exercício de 2013 uma alteração nas proporções de comparticipação do POPH e da Câmara municipal de Matosinhos (CMM) no projeto de investimento, tendo o POPH incrementado a sua participação de 60% para 75% do montante elegível do investimento e a CMM diminuído a sua participação de 40% para 25%. Estas alterações refletiram-se numa correção dos respetivos saldos em 289.302,45 euros.

No que concerne aos valores recebidos no exercício no âmbito destes subsídios, ver nota 17.3 abaixo. A Câmara Municipal de Matosinhos concedeu, ainda neste exercício, um subsídio não reembolsável para a construção do Lar no valor de 150.000 euros.

Para além destes subsídios, foram também recebidos donativos particulares diversos para esta construção no valor de 54.500,00€ em 2012, 53.221,69€ em 2013, 14.566,57€ em 2014 e 31.132,78€ em 2015.

Os subsídios para outros investimentos, reconhecidos e recebidos em exercícios anteriores, respeitam a investimentos com a construção de armazém e de parque infantil e com a aquisição da viatura, que estão a ser reconhecidos em resultados do exercício em face da reintegração destes ativos fixos tangíveis.

Durante o exercício de 2015 foi recebido um subsídio da Câmara Municipal de Matosinhos no montante de 100.000,00€. Este subsídio foi aplicado na compra de diversos equipamentos, estando o rendimento a ser reconhecido em resultados, na mesma proporção das reintegrações dos ativos.

12 Imposto sobre o Rendimento

Descrição	2015	2014
IRC Liquidado		
Retenção IRC	-1 591,22	-188,11
Total	-1 591,22	-188,11



13 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2015 e 2014, foram, respetivamente de 4 na Direção e de 3 no Conselho Fiscal.

Os órgãos diretivos não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de 51 e em 31/12/2014 foi de 38.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao pessoal	493 071,08	388 362,66
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações	6 738,76	
Encargos sobre as Remunerações	113 460,86	82 596,35
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5 989,12	5 352,10
Gastos de Ação Social		
Outros Gastos com o Pessoal	31 131,78	5 801,59
Total	650 391,60	482 112,70

14 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.



15.1 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso		
Doadores - em curso		
Patrocinadores		
Quotas		
Financiamentos concedidos - Fundador/doador		
Outras operações		
Perdas por imparidade		
Total	0,00	0,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso		
Financiamentos obtidos - Fundador/doador		165 211,70
Resultados disponíveis		
Outras operações		
Total	0,00	165 211,70

15.2 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Remunerações a pagar ao pessoal		
Adiantamentos ao pessoal		
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos	35 544,14	35 262,86
Outras operações		
Outros Devedores	8 279,95	430 356,09
Perdas por Imparidade		
Total	43 824,09	465 618,95



15.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1 818,66	3 028,03
Outros gastos a reconhecer	30,75	300,57
Total	1 849,41	3 328,60
Rendimentos a Reconhecer		
Proveitos diferidos-Mensalidade Agosto		5 195,42
Total	0,00	5 195,42

15.4 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2015	2014
Millennium BCP-Occidental Vida		90 000,00
BCP-Obrigações Subordinadas	8 441,80	10 000,90
Total	8 441,80	100 000,90

15.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Caixa	783,84	1 051,88
Depósitos à ordem	241 432,81	42 788,96
Depósitos a prazo	90 000,00	53 500,00
Outros		
Total	332 216,65	97 340,84



15.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos				
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	133 284,36	11 112,14		144 396,50
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 201 668,26	131 132,78	188 153,06	2 144 647,98
Total	2 334 952,62	142 244,92	188 153,06	2 289 044,48

15.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	70 830,68	19 832,12
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores faturas em receção e conferência		
Total	70 830,68	19 832,12

15.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	1 591,22	188,11
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	10 237,52	142 172,77
Outros Impostos e Taxas		
Total	11 828,74	142 360,88
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	653,56	
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3 599,50	3 231,33
Segurança Social	15 097,97	10 229,43
Outros Impostos e Taxas		
Total	19 351,03	13 460,76

15.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar				
Cauções				
Outras operações				
Perdas por imparidade acumuladas				
Fornecedores de Investimentos		70 389,16		352 457,87
Credores por acréscimo de gastos		116 799,75		77 890,47
Outros credores		4 135,71		9 197,91
Total	0,00	191 324,62	0,00	439 546,25

15.10 Outros Passivos Financeiros

Nada a referir

15.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2014, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Estado e outros entes públicos	493 263,41	431 868,59
Subsídios de outras entidades	16 608,67	21 906,04
Doações e heranças		
Legados		
Total	509 872,08	453 774,63

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 11.

15.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos	99 606,72	
Serviços especializados	91 358,09	67 073,64
Materiais	20 441,60	11 432,52
Energia e fluidos	44 746,00	24 541,45
Deslocações, estadas e transportes	328,55	462,85
Serviços diversos	41 737,06	24 755,46
Encargos com utentes	9 936,04	
Total	308 154,06	128 265,92



15.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos Suplementares	25 607,28	18 608,21
Descontos de pronto pagamento obtidos	136,13	0,04
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Outros rendimentos e ganhos	201 561,05	12 652,42
Total	227 304,46	31 260,67

15.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	978,83	1 072,65
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários	4 208,38	
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros		
Gastos e perdas investimentos não financeiros		
Outros Gastos e Perdas	16 674,02	5 848,53
Total	21 861,23	6 921,18

15.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	12 806,11	617,30
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Multas e penalidades		75,00
Outros gastos e perdas de financiamento	1 559,17	
Total	14 365,28	692,30
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	9 691,02	804,95
Dividendos obtidos		
Outros Rendimentos similares		
Total	9 691,02	804,95
Resultados Financeiros	-4 674,26	112,65

15.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

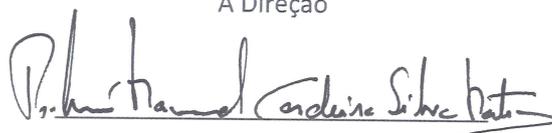
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pela Direção em 23 de Março de 2016.

PERAFITA, 31 de Março de 2016

O Contabilista Certificado



A Direção



CENTRO SOCIAL PAROQ. PADRE ANGELO FERREIRA PINTO
BALANÇO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2015

Contribuinte: 503553573
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 REG 2015	31 REG 2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		2 600 143,27	2 685 321,45
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		1 157,24	0,00
Investimentos financeiros		1 216,53	8,72
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		2 602 517,04	2 685 330,17
Activo corrente			
Inventários		0,00	2 475,10
Clientes		0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		11 828,74	142 360,88
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber		43 824,09	465 618,95
Gastos a reconhecer		1 849,41	3 328,60
Outros activos financeiros		8 441,80	100 000,90
Caixa e depósitos bancários		332 216,65	97 340,84
		398 160,69	811 125,27
Total do activo		3 000 677,73	3 496 455,44
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		144 396,50	133 284,36
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais		2 144 647,98	2 201 668,26
		2 289 044,48	2 334 952,62
Resultado líquido do período		-70 438,21	11 112,14
Total do fundo de capital		2 218 606,27	2 346 064,76
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		452 380,95	500 000,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		452 380,95	500 000,00
Passivo corrente			
Fornecedores		70 830,68	19 832,12
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		19 351,03	13 460,76
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		48 184,18	172 356,13
Rendimentos a reconhecer		0,00	5 195,42
Outras contas a pagar		191 324,62	439 546,25
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		329 690,51	650 390,68
Total do passivo		782 071,46	1 150 390,68
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 000 677,73	3 496 455,44

P. Luís Manuel Correia Silva Pinto
A Direcção

O responsável
João José Gomes Soares

CENTRO SOCIAL PAROQ. PADRE ANGELO FERREIRA PINTO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERIÓDICA
 PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Contribuinte: 503553573

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados		458.504,79	245.557,25
Subsídios, doações e legados à exploração		509.872,08	453.774,63
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons		23.221,56	73.533,73
Fornecimentos e serviços externos		308.154,06	128.265,92
Gastos com o pessoal		650.391,60	482.112,70
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		227.304,46	31.260,67
Outros gastos e perdas		21.861,23	6.921,18
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		192.052,88	39.759,02
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		257.816,83	28.759,53
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-65.763,95	10.999,49
Juros e rendimentos similares obtidos		9.691,02	804,95
Juros e gastos similares suportados		14.365,28	692,30
Resultados antes de impostos		-70.438,21	11.112,14
		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-70.438,21	11.112,14

Dr. Manuel Cardoso Silva Neto

afaxia José Gomes Soares



[Handwritten signatures and initials]

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

1. Identificação da Entidade

O “CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ANGELO FERREIRA PINTO” é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, registada no livro das Fundações de Solidariedade Social sob o nº 50/84 e com estatutos aprovados pela Direção-Geral da Segurança Social em 26/09/11, recentemente alterados e em fase de aprovação, com sede na Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto, nº 7, Perafita.

O Centro tem por finalidade principal prosseguir o objetivo de contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos num espírito de solidariedade humana, social, educacional e cristã.

Para tal, possui as seguintes respostas sociais:

Creche, Pré-escolar, Centro de Dia, Centro de Convívio e Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas (ERPI).

2. Síntese

O ano de 2015, foi um ano de extrema importância para a Instituição, uma vez que foi inaugurada no dia 17 de janeiro a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.

No dia 1 de julho, foi celebrado acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social e no dia seguinte a ERPI recebeu o seu primeiro utente.

À data do fecho do exercício, esta resposta social estava com 97% da sua capacidade utilizada, no total de 58 utentes.

Nos últimos anos, em resultado da sua implantação e antiguidade em Perafita, a situação económica-financeira do Centro Social Paroquial Padre Ângelo Ferreira Pinto tem-se mantido saudável. Naturalmente o resultado líquido do exercício de 2015, foi afetado pelo arranque desta última resposta social.



R. H. H.
J. H. H.
MP

3. Volume de negócios

Em 2015, o volume de negócios quase duplicou. Registou um forte aumento, especialmente derivado à área sénior.

Detalhe:

Área	2015	2014	Varição
Infância			
Creche I	56 368,05	52 918,90	6,52%
Creche II	37 522,62	45 632,82	-17,77%
Pré-escolar	92 681,57	95 333,32	-2,78%
Sala de estudo*		4 481,25	-100,00%
<i>Subtotal</i>	<i>186 572,24</i>	<i>198 366,29</i>	
Sénior			
Centro de dia	53 771,30	45 036,66	19,39%
Centro de Convívio	4 566,09	2 154,30	111,95%
ERPI**	213 595,16	0,00	100,00%
<i>Subtotal</i>	<i>271 932,55</i>	<i>47 190,96</i>	
Total	458 504,79	245 557,25	86,72%

* encerrou em julho 2014

** iniciou em julho 2015



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

4. Utentes

O Centro Social prestou serviços no apoio à infância e à 3ª idade. A média de utentes foi de 230, existindo acordos com a Segurança social para 218, repartidos como segue:

Área	Frequência média	Acordo	Capacidade
Infância			
Creche I	37	35	41
Creche II	25	28	35
Pré-escolar	70	75	75
<i>Subtotal</i>	<i>132</i>	<i>138</i>	<i>151</i>
Sénior			
Centro de dia	35	30	60
Centro de Convívio	20	20	20
ERPI*	43	30	60
<i>Subtotal</i>	<i>98</i>	<i>80</i>	<i>140</i>
Total	230	218	291

* iniciou em julho 2015

5. Eventos e atividades

No decorrer do ano de 2015, cada uma das áreas organizou e desenvolveu várias atividades.

De entre as muitas atividades, destacam-se as seguintes:



Infância

Mês	Atividade
janeiro	Comemoração do dia de reis
fevereiro	Desfile de Carnaval
março	Comemoração do dia do pai, dia da floresta e Páscoa
abril	Comemoração do dia da mãe
maio	Comemoração do dia da família
junho	Comemoração do dia da criança, festas de final do ano, passeio de final do ano
julho	Comemoração do dia dos avós
setembro	Comemoração do início do outono
outubro	Comemoração do dia da alimentação e dia mundial da 3ª idade
novembro	Comemoração do São Martinho
dezembro	Festa de Natal

Sénior

Mês	Atividade
fevereiro	Comemoração do Carnaval
março	Comemoração do dia do pai e Páscoa
abril	1º Congresso Nacional "Qualidade de Vida do Idoso Institucionalizado"
maio	Comemoração do dia da mãe
junho	Comemoração do São João e passeio anual ao Gerês
julho	Comemoração do dia dos avós
outubro	Comemoração do São Martinho, dia do idoso e
novembro	Dia de todos os Santos
dezembro	Festa de Natal



Handwritten signature and initials in the top right corner.

Breve referência ao 1º Congresso Nacional “Qualidade de Vida do idoso Institucionalizado”

Pela primeira vez o Centro Social organizou um evento deste género.

Entre participantes, oradores, colaboradores e voluntários contamos com mais de 200 pessoas.

Esta atividade revelou-se muito gratificante, nos conhecimentos transmitidos, na divulgação da Instituição e na motivação dos colaboradores que nela participaram.

6. Situação Contributiva

O Centro Social Paroquial tem a sua situação contributiva regularizada, quer perante o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, quer perante a Autoridade Tributária.

7. Pessoal

A Instituição teve em média 51 funcionários pertencentes ao quadro de pessoal. Este número representa um aumento de 34% face aos 38 funcionários em 2014.

Para além desses, estiveram 3 pessoas integradas em programas subsidiados pelo instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). A bolsa ocupacional é comparticipada pelo IEFP em 50%, o subsídio de transporte, alimentação e seguro são encargo da Instituição.

Durante o ano frequentaram o estágio emprego 3 pessoas.

Dois dos estágios, já tinham iniciado em 2014, um em maio e outro em dezembro.

O 3º estágio iniciou-se em novembro de 2015.

De referir que os primeiros estagiários, celebraram posteriormente contrato a termo com a Instituição.

Com a abertura da nova resposta social, a Instituição recorreu a subcontratação de vários serviços externos, nomeadamente:

- Alimentação;
- Limpeza;
- Lavandaria;
- Medicina;
- Enfermagem.

Estes serviços, representam indiretamente cerca de 13 postos de trabalho.



Adicionalmente importa realçar que, apesar de a ERPI só ter começado a receber utentes em julho, em maio a Instituição já tinha admitido 7 auxiliares de ação direta. Até 31 de dezembro foram admitidas mais 14, perfazendo um total de 21 ajudantes de ação direta (AAD).

Abaixo quadro demonstrativo de utentes versus AAD.

Mês	Nº utentes	Nº auxiliares ação direta
maio	0	7
junho	0	10
julho	24	12
agosto	34	14
setembro	38	14
outubro	51	14
novembro	55	21
dezembro	58	21

8. Investimentos

À data de 31.12.15, o total do investimento feito na ERPI, cifrava-se em 2.696.473,97€.

Para a projeto de investimento da Estrutura Residencial para Pessoas Idosa, a instituição fez uma candidatura ao POPH-Programa Operacional Potencial Humano, na medida 6.12 – Apoio ao Investimento a respostas integradas de Apoio Social.

Num total de 2.180.471,85€ de investimento proposto para a candidatura, foi aprovada a verba de 1.928.683,49€, conforme quadro seguinte:

Rubrica	Montante		Taxa Elegibilidade
	Candidatura	Aprovado	
Edifício e Outras Construções	1 997 000,00	1 747 050,49	87,48%
Equipamento Informático	9 717,84	9 717,84	100,00%
Equipamento administrativo	10 427,40	10 427,40	100,00%
Equipamento Básico	126 546,61	126 546,61	100,00%
Despesas de Instalação	36 780,00	34 941,15	95,00%
Total	2 180 471,85	1 928 683,49	



O financiamento público foi dividido entre o POPH e o Município de Matosinhos, inicialmente na proporção de 60% e 40%, tendo sido depois alterado ao longo do projeto para 75% e 25%.

No global, foram comparticipados pelo POPH 1.446.512,14€ e pelo Município de Matosinhos 482.171,35€.

Ainda neste âmbito, foram recebidos de donativos particulares 153.421,04€ e 364.369,93€ foram liquidados com recurso a fundos próprios.

À parte dos investimentos feitos na ERPI, a Instituição fez ainda um grande investimento num sistema de ar condicionado para melhoramento das condições climatéricas da área da infância, no valor de 17.876,38€ e outro de remodelação das instalações e infraestruturas elétricas no edifício existente no montante de 38.224,96€.

Fizeram-se ainda outros investimentos com menor expressão em serviços de construção civil.

9. Gastos

As rubricas de gastos suportados pelo Centro Social ascenderam a cerca de 1.275.810,56€.

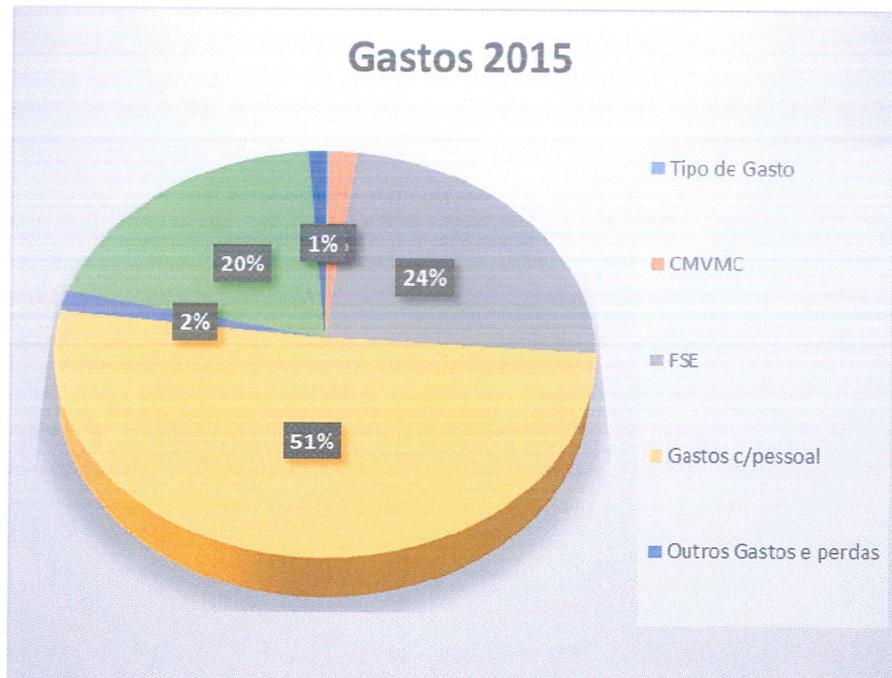
Sobre as variações dos montantes das rubricas de gastos relativamente ao exercício anterior, não é possível tirar conclusões, uma vez que o exercício de 2015 em nenhuma rubrica é comparável ao de 2014.

Relativamente ao exercício de 2015, os gastos com pessoal demonstram a maior fatia no total dos gastos representando 51%, seguidos pelos gastos com fornecimentos e serviços externos na percentagem de 24 e dos Gastos/reversões de depreciação e de amortização que representam 20%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos, demonstra um considerável peso percentual sobre o total dos gastos, uma vez que tal como já foi referido no ponto 7 – Pessoal, foram contratados serviços de alimentação, limpeza, lavandaria, medicina e enfermagem.



Handwritten signature and initials.



10. Rendimentos

À semelhança da rubrica de gastos, também os rendimentos não são comparáveis com o exercício de 2014.

Da análise aos rendimentos de 2015, verificam-se três rubricas com pesos significativos, a saber:

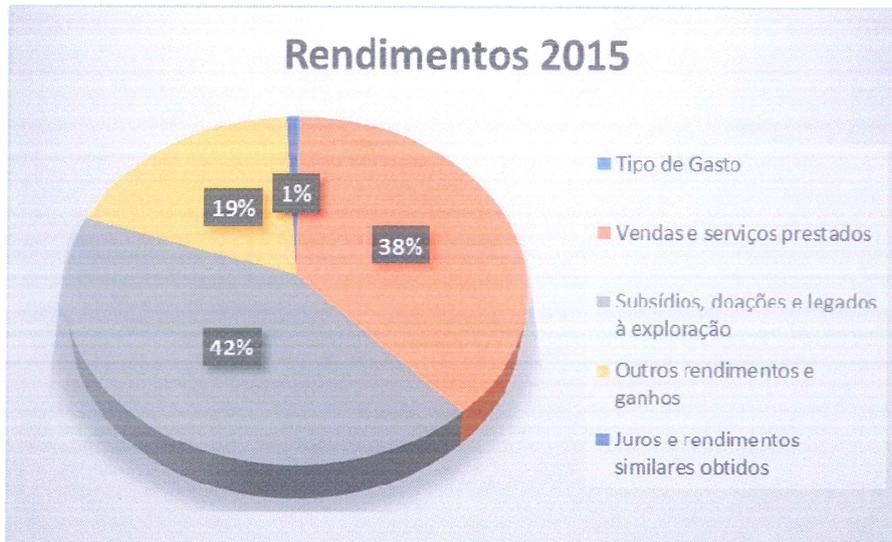
Subsídios, doações e legados à exploração – 42%

Vendas e serviços prestados – 38%

Outros rendimentos e ganhos – 19%



Handwritten signature and date: 10.11.15



11. Resultados

O resultado líquido do ano de 2015 foi negativo no montante de 70.438,21€ (Setenta mil, quatrocentos trinta e oito euros e vinte e um cêntimos), que propomos a sua transferência para resultados transitados.

Naturalmente o resultado líquido está fortemente influenciado pelo arranque da nova resposta social ERPI.

Como já atrás foi referido, esta resposta abriu já no segundo semestre, com uma estrutura de gastos operacionais que foram necessários para preparar esse momento, nomeadamente de pessoal.

Neste exercício e nos subsequentes os gastos de depreciação e de amortização também terão um peso muito significativo no resultado líquido.



12. Agradecimentos

Aos nossos utentes, o nosso agradecimento pela confiança depositada e o compromisso contínuo de dedicação à causa social.

À Autarquia, pelos apoios concedidos.

Aos nossos colaboradores, deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Instituição.

Perafita, 23 de março de 2016

A DIRECÇÃO

Presidente – Sr. Padre Luis Manuel Cordeiro Silva Mateus

Vice-Presidente – Sr. Manuel Jorge Dias Pinto Ferreira

Secretário – Dr. José Anselmo Rodrigues da Costa

Tesoureiro – Sr. Jorge Manuel do Prado Pereira

Página 10